Ditadura civil-militar — poder, resistência e transição (1964–1988)

Edição de estudo do Horizonte · 2/11/2026. O e-book antigo (21 páginas) cobre o regime de 1964 a 1985 e a transição. “Civil-militar” chama atenção para apoios civis ao golpe e ao regime, sem transformar toda a sociedade em apoiadora.

Pergunta central

Como o regime concentrou poder e restringiu direitos, e por que a transição democrática não cabe em uma única data?

Marcos para organizar a leitura

Ano	Marco	O que observar
1964	Golpe e início do regime.	Participação civil e militar; mudanças na representação.
1968	Ato Institucional nº 5.	Ampliação da repressão e da concentração de poder.
1979	Lei de Anistia e reorganização partidária.	Abertura limitada e disputas sobre memória e justiça.
1984	Campanha das Diretas Já.	Mobilização popular e derrota da emenda para eleição direta imediata.
1985	Posse de governo civil após eleição indireta.	Fim do ciclo de presidentes militares não encerra todos os legados.
1988	Promulgação da Constituição.	Direitos formalmente ampliados, com aplicação a investigar.

1. Golpe, atos e instituições (PDF antigo, p. 3–8)

O golpe de 1964 interrompeu o governo João Goulart e abriu uma sequência de mudanças institucionais. Atos institucionais ampliaram poderes do Executivo e restringiram direitos políticos. Leia o texto de cada ato e pergunte quais garantias ficaram suspensas, quem podia ser punido e que espaço restava ao Legislativo. O Arquivo Nacional conserva o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, que permitiu medidas como fechamento do Congresso e suspensão de garantias. Não trate a repressão como evento iniciado apenas em 1968: o AI-5 aprofundou um regime já autoritário.

2. Repressão e formas de oposição (p. 9–17)

Censura, cassações, prisões, tortura, desaparecimentos e vigilância não são sinônimos; cada forma atingiu pessoas e instituições específicas. A oposição também foi plural: participação estudantil e sindical, resistência cultural, denúncias de familiares, atuação parlamentar limitada e luta armada tiveram objetivos e riscos distintos. Evite descrever toda oposição como luta armada ou toda produção cultural como protesto explícito. Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade oferecem documentação sobre violações graves. A comissão investigou e documentou; não foi tribunal criminal.

Para ler uma canção, peça de teatro ou cartaz do período, identifique autoria, ano, circulação e relação documentada com a censura. Um verso isolado não prova automaticamente uma intenção política. Fotografias do e-book antigo não foram reutilizadas nesta edição porque seus créditos e licenças ainda não estão completos.

3. Economia e propaganda: o que os indicadores medem? (p. 9–13)

Houve anos de forte crescimento econômico, mas o PIB não mede liberdade política, distribuição de renda ou violência estatal. Para analisar o chamado “milagre econômico”, separe taxa de crescimento, inflação, dívida externa, salário e acesso desigual aos ganhos. A tabela do e-book antigo não informa fonte, unidade e método; seus números não foram reproduzidos. Propaganda oficial também é fonte histórica: revela o que o regime queria comunicar, não uma descrição neutra da sociedade.

4. Abertura, anistia, Diretas e Constituição (p. 18–20)

A abertura foi gradual, negociada e disputada por movimentos sociais. A Lei de Anistia de 1979 permitiu retornos do exílio e outras medidas, mas não satisfez todas as reivindicações por liberdade e responsabilização, como registra o relatório da Comissão Nacional da Verdade. A campanha das Diretas Já mobilizou o país em 1983–1984, porém a eleição presidencial de 1985 foi indireta. A Constituição de 1988 consolidou direitos e instituições democráticas em texto; sua efetivação é questão histórica posterior. Separe fim dos governos militares, recuperação do voto direto e exercício real dos direitos.

Leitura aprofundada: poder, economia e memória

Como uma exceção virou modo de governo

O golpe de 1964 não foi apenas uma mudança de gabinete. Atos institucionais ampliaram a capacidade do Executivo de interferir na representação política e restringir direitos. Para cada ato estudado, identifique data, autoridade emissora, medidas autorizadas e garantias afetadas. Em 1968, o AI-5 aprofundou a concentração de poder, permitindo fechamento do Congresso, cassações e suspensão de garantias. Isso não significa que antes dele houvesse plena democracia. Compare a repressão anterior e posterior a 13 de dezembro de 1968 para perceber continuidade e agravamento. A expressão “civil-militar” convida a investigar apoios civis concretos ao regime, sem atribuir apoio à sociedade inteira.

Crescimento econômico é uma dimensão, não um julgamento total

Uma série de PIB informa produção; inflação informa preços; dívida externa informa obrigações em uma data. Elas não são a mesma grandeza. O e-book antigo colocou os três indicadores em uma tabela sem documentação suficiente. Para reconstruí-la, registre instituição produtora, unidade, período, revisões metodológicas e eventual diferença entre valores nominais e reais. Só depois pergunte como o crescimento foi financiado e distribuído. Pesquise também salário, desigualdade e condições de trabalho. Uma taxa alta de crescimento não descreve a liberdade de organização nem a violência do Estado; ignorá-la, por outro lado, também empobrece a explicação histórica. O exercício é manter dimensões diferentes visíveis ao mesmo tempo.

A propaganda também tem autor e objetivo

Uma peça que celebra obras ou unidade nacional documenta o que o regime queria comunicar. Não prova que toda a sociedade concordava com essa mensagem. Analise data, órgão responsável, público pretendido, imagens escolhidas e aquilo que ficou fora do enquadramento. Faça o mesmo com notícias de oposição: a origem não torna uma fonte automaticamente verdadeira ou falsa, mas informa quais perguntas devem ser feitas. Uma canção ou peça censurada requer contexto de produção e registro da censura; um verso solto não comprova a intenção de seu autor. O método histórico evita tanto aceitar propaganda como descrição neutra quanto descartá-la antes de entender sua função.

Resistências e repressões não formaram blocos únicos

Cassação, censura, prisão, tortura, desaparecimento e vigilância atingiam direitos e pessoas de modos distintos. Estudantes, trabalhadores, artistas, jornalistas, familiares de vítimas, parlamentares e organizações armadas também recorreram a meios diferentes para se opor ao regime. Em uma tabela comparativa, anote grupo, objetivo, forma de atuação, risco e fonte. Evite escrever que “a resistência” escolheu uma só estratégia. Os relatórios da Comissão Nacional da Verdade ajudam a documentar violações graves e a localizar arquivos, mas a comissão não foi um tribunal penal. Para usar um depoimento, identifique quando foi registrado e que outros documentos permitem situá-lo.

Uma transição pode avançar em um campo e permanecer limitada em outro

Em 1979, a anistia alterou a situação de perseguidos e exilados, mas permaneceu contestada quanto a seus efeitos sobre responsabilização. Em 1984, a mobilização das Diretas Já não obteve a aprovação da emenda para eleição presidencial direta imediata. Em 1985, um governo civil tomou posse após eleição indireta. Em 1988, a nova Constituição ampliou direitos; em 1989, a eleição presidencial direta marcou outra etapa. Organize essas datas sem tratá-las como sinônimos de “fim da ditadura”. Em cada uma, pergunte que mudança era jurídica, eleitoral, social ou relativa à memória. A recuperação de instituições não faz desaparecer automaticamente desigualdades nem repara violações anteriores.

O problema filosófico: quem julga o poder que controla a prova?

O estudo da ditadura depende de arquivos, testemunhos e critérios para avaliar documentos. Se a própria instituição investigada controlou registros e ocultou informações, a ausência de um arquivo não prova que uma denúncia seja falsa. Tampouco autoriza aceitar qualquer afirmação sem exame. A pergunta sobre quem guarda, abre e interpreta a prova conecta história e filosofia política. Ela permite estudar a importância de arquivos públicos, de testemunhos situados e de instituições capazes de responsabilizar o Estado. Ao final do capítulo, peça ao estudante que indique não só sua conclusão, mas também o caminho documental que a sustenta.

Conceitos de análise

Conceito	Uso neste guia
Ato institucional	Norma excepcional usada pelo regime para alterar o funcionamento político.
Censura	Controle e restrição da circulação de informação e expressão.
Anistia	Medida legal de 1979 com alcance e limites contestados.
Redemocratização	Processo de reconstrução institucional e social, com etapas e disputas.
Fonte de propaganda	Material que deve ser lido pelo interesse de quem o produziu.

Questões e critérios

1. O que o AI-5 modificou e por que 1968 não é o início de toda a repressão?
2. Compare duas formas diferentes de oposição ao regime.
3. Por que crescimento do PIB não basta para avaliar o período?
4. Diferencie 1979, 1984, 1985 e 1988 na transição.

Como conferir a resposta

- **1:** relacione novas possibilidades de fechamento e suspensão de direitos a um autoritarismo anterior.
- **2:** identifique atores, métodos e objetivos sem reduzir toda oposição à luta armada.
- **3:** inclua distribuição de renda, dívida, direitos e a fonte da série estatística.
- **4:** lei, campanha, governo civil e Constituição correspondem a processos distintos.